

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE – IEAA HUMAITÁ-AM**  
**CURSO DE LETRAS - LÍNGUA INGLESA E LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS**  
**LITERATURAS**

**BRUNO PINTO DE CASTRO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – 2025/2**  
**A SELVA COMO ESPAÇO DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: UMA LEITURA**  
**SOCIAL DA AMAZÔNIA EM FERREIRA DE CASTRO**

**HUMAITÁ-AM**

**2025**

**BRUNO PINTO DE CASTRO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – 2025/2**  
**A SELVA COMO ESPAÇO DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: UMA LEITURA**  
**SOCIAL DA AMAZÔNIA EM FERREIRA DE CASTRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras – Língua Inglesa e Língua Portuguesa e suas Literaturas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Licenciado.

**Orientador: Prof. Dr. Norival Bottos Junior**

**HUMAITÁ-AM**

**2025**

## A SELVA COMO ESPAÇO DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: UMA LEITURA SOCIAL DA AMAZÔNIA EM FERREIRA DE CASTRO

**Orientando:** Bruno Pinto de Castro<sup>1</sup>

**Orientador:** Norival Bottos Junior<sup>2</sup>

**Resumo.** O presente trabalho analisa o romance *A Selva* (1930), de José Maria Ferreira de Castro, a partir de uma perspectiva histórico-literária e social, destacando sua dimensão de denúncia das condições de exploração humana nos seringais amazônicos durante o ciclo da borracha. A narrativa é compreendida como um retrato realista e simbólico do sofrimento do trabalhador, evidenciando o papel do sistema de aviamento como mecanismo de escravização por dívida e a floresta amazônica como espaço ambíguo de fascínio e opressão. O estudo também discute a construção do seringueiro como sujeito marginalizado e vítima de um sistema econômico predatório, relacionando a obra à crítica social e ao realismo humanista. Para fundamentar a análise, foram mobilizados aportes teóricos de Antônio Candido, Alfredo Bosi, Neide Gondim, Georg Lukács e Roberto Schwarz, que permitem compreender a representação da Amazônia como território simbólico e histórico de resistência e de dominação. Conclui-se que *A Selva* transcende o registro documental e assume uma função ética e política, ao transformar a literatura em instrumento de denúncia e memória das desigualdades sociais que marcaram o ciclo da borracha na região Norte do Brasil.

**Palavras-Chave:** Ferreira de Castro; Amazônia; sistema de aviamento; realismo social; opressão.

**Abstract:** This paper analyzes the novel *A Selva* (1930), by José Maria Ferreira de Castro, from a historical, literary, and social perspective, emphasizing its role as a narrative of denunciation of human exploitation in the Amazonian rubber plantations during the Rubber Boom. The novel is interpreted as both a realistic and symbolic portrayal of the worker's suffering, highlighting the *aviamento* system as a form of debt slavery and the Amazon rainforest as an ambivalent space of fascination and oppression. The study also examines the construction of the rubber tapper (*seringueiro*) as a marginalized subject, victimized by a predatory economic structure, linking Ferreira de Castro's work to social critique and humanist realism. The analysis draws on theoretical contributions from Antonio Candido, Alfredo Bosi, Neide Gondim, Georg Lukács, and Roberto Schwarz, which illuminate the Amazon as a symbolic and historical territory of both domination and resistance. The study concludes that *A Selva* transcends its documentary character and acquires an ethical and political dimension, transforming literature into an instrument of denunciation and memory of the social inequalities that shaped the Rubber Boom in northern Brazil.

**Keywords:** Ferreira de Castro; Amazon; *aviamento* system; social realism; oppression.

---

<sup>1</sup> Discente finalista do Curso de Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa do IEAA/UFAM.

<sup>2</sup> Docente orientador do Curso de Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa do IEAA/UFAM.

## INTRODUÇÃO

A literatura, no decorrer da história, revelou-se uma poderosa ferramenta de denúncia, resistência e preservação da memória coletiva. Especialmente, a literatura amazônica desempenhou um papel crucial ao revelar realidades sociais e históricas que, muitas vezes, foram esquecidas ou silenciadas pelas narrativas oficiais. Nesse contexto, o romance *A Selva* (1930), de Ferreira de Castro, destaca-se por retratar com profundidade e sensibilidade o universo dos seringais amazônicos e a brutalidade imposta aos trabalhadores que ali viviam sob regimes de exploração comparáveis à escravidão. A obra, que carrega um viés autobiográfico pois o autor português foi seringueiro em sua juventude; no entanto, ultrapassa a narrativa pessoal e alcançou um potente discurso de crítica social.

O romance apresenta a Amazônia como um espaço de devastação não só natural, mas, sobretudo, humana. A floresta, em sua densidade opressora, agiu como metáfora do sistema de dominação e alienação imposto aos seringueiros, transformando-se, em espaço simbólico da desumanização e do exílio existencial. Nesse cenário, o horror da escravidão moderna manifesta-se não apenas nas condições físicas extremas de trabalho e sobrevivência, mas também na anulação subjetiva dos indivíduos que, submetidos à lógica do lucro e da violência, perderam sua condição de sujeitos históricos.

Embora situada no início do século XX, a obra dialoga com práticas coloniais profundamente enraizadas na história brasileira. O sistema do aviamento mecanismo que mantinha os trabalhadores eternamente endividados aos patrões dos seringais pôde ser compreendido como uma reatualização do sistema escravista sob outras formas. Como Sidney Chalhoub apontou, "a abolição formal da escravidão não significou, de modo algum, o fim das formas de sujeição coercitiva no mundo do trabalho" (2003, p, 20). Essa afirmação encontrou eco na experiência narrada por Ferreira de Castro, cuja obra permitiu vislumbrar o sofrimento físico e moral dos que se viram presos à lógica implacável do seringal.

*A Selva* também ofereceu uma leitura sob a ótica do horror como categoria estética e ética. Através de sua construção narrativa, o autor produziu uma sensação constante de sufocamento, desespero e iminência da morte, não só pela descrição da floresta, mas principalmente pelas relações sociais que ali se estabeleceram. Para Julia Kristeva (1982), o horror literário surgiu daquilo que é abjeto, que ameaçou dissolver as fronteiras — exatamente como ocorreu na degradação dos corpos e mentes dos seringueiros descritos na obra. Assim, o

romance ultrapassou o realismo documental e inseriu-se em uma tradição que explorou o medo, o grotesco e a perda de identidade como crítica social.

Este trabalho propõe uma análise da representação do horror da escravidão moderna nos seringais amazônicos no romance, buscou compreender como a obra articulou elementos estéticos e narrativos com uma crítica contundente à exploração humana. A pesquisa resgatou a memória de um período silenciado da história amazônica e brasileira. Fundamentada em uma abordagem histórico-literária e nos estudos pós-coloniais, discutiu o contexto socioeconômico da exploração da borracha e considerou as estratégias narrativas utilizadas por Castro. O romance expôs a ilusão de progresso e a promessa de riqueza, que rapidamente se transformaram em sofrimento e morte para os trabalhadores submetidos a um regime desumano, denunciando a exploração e questionando o mito do desenvolvimento econômico da Amazônia.

A literatura amazônica brasileira, nesse sentido, estabeleceu-se como um movimento literário essencial que valorizou a natureza, a exploração da floresta e trouxe o surgimento de cidades, contextualizando a relação do homem com o meio e trazendo à tona a exploração de mão de obra que movimentava o mercado econômico do Norte no início do século 20. A obra, ao ser publicada em 1930, não só retratou a exploração, mas também mostrou o conflito entre o progresso e as tradições regionais da época. A figura do seringueiro, central em *A Selva*, foi emblemática do regionalismo, destacando as adversidades enfrentadas pelos imigrantes nordestinos que fugiam da seca e vinham com a ilusão de uma vida melhor.

## **1 A FLORESTA AMAZÔNICA COMO SÍMBOLO DE OPRESSÃO EM *A SELVA* DE FERREIRA DE CASTRO: UMA LEITURA TEÓRICO-CRÍTICA AVANÇADA**

A floresta amazônica, enquanto espaço geográfico e simbólico, constitui um território literário de múltiplas significações, atravessado por dimensões naturais, sociais, políticas e imaginárias. Na literatura da região Norte, sua representação vai além da mera descrição paisagística, tornando-se agente narrativo e simbólico das relações de poder, exploração econômica e conflitos identitários. Obras como *Galvez, Imperador do Acre* (1976), de Márcio Souza, *Beiradão* (1958), de Álvaro Maia, e *A Invenção da Amazônia* (1994), de Neide Gondim, demonstram como o olhar europeu e nacional sobre a Amazônia construiu uma percepção de

“inventário da natureza e do exotismo”, moldando-a segundo fantasmas culturais e projeções imaginárias (Gondim, 1994, p. 9). Para Gondim, o espanto e o entusiasmo dos europeus articulam-se com o imaginário individual e coletivo, refletindo tradições culturais e formas de dominação simbólica que atravessam o espaço amazônico.

Em *A Selva* (1930), Ferreira de Castro apresenta a floresta como espaço de opressão e horror, particularmente para Alberto, protagonista português. A chegada à Amazônia revela um território denso, sufocante e ameaçador, transformando a floresta em um ambiente de opressão que submete o indivíduo não apenas à sua vastidão física, mas também a uma experiência psicológica de isolamento e medo:

A selva escurecia rapidamente. O entrançado inferior diluía-se, perdia contornos e volumes na negridão que sobrevinha. Os recantos onde residia eterna sombra ampliavam-se, envolvendo e tragando caules grossos e centenários. O verde rasteiro fora já absorvido; cá em baixo só pardejava a folhagem que a morte desprendera. A luz beijava agora apenas as franças mais altas, que se mostravam, finalmente, em toda a fantasia do seu recorte, sob um céu de azul morno e baço. (Castro, 1930, p. 60).

Em outro trecho, a selva é apresentada como um espaço que ameaça engolir o homem pela intensidade de sua vida:

O resto era a selva, com a sua vida sombria, ali pertinho, muito pertinho, fechando-o num anel estrangulador. Sentia-se-lhe a existência pesada, enigmática, numa vigília que dir-se-ia constante ameaça, um pânico jacente. Fatigados da muralha, os olhos tinham de procurar no céu um pouco de lonjura e de enlevo. (Castro, 1930, p. 74).

Esses trechos ilustram como o ambiente natural se impõe como espaço vivido e opressor, conceito central em Henri Lefebvre (1991), para quem o espaço não é neutro, mas socialmente produzido e atravessado por relações de poder. As trilhas abertas na floresta, cicatrizes deixadas pela exploração do látex, funcionam como marcas materiais e simbólicas da violência econômica e social que atravessa a região, configurando a Amazônia como território de dominação histórica e simbólica.

A leitura da obra ganha profundidade quando analisada sob a perspectiva de Giorgio Agamben (1998). Na medida em que os seringueiros, submetidos a condições extenuantes de trabalho, vivem em um estado de exceção, onde a vida humana é subordinada à lógica extrativista. O espaço da floresta, aparentemente indiferente, se converte em dispositivo de poder, impondo limites e riscos que transformam os personagens em sujeitos de vulnerabilidade extrema ou, nas palavras de Agamben, em “vida nua”. A selva, assim, torna-se palco onde se materializam as tensões entre soberania e desproteção, exploração econômica e precariedade existencial.

Além disso, sob a ótica de Georges Didi-Huberman (2005), a selva se configura como imagem do horror: um espaço que simultaneamente fascina e aterroriza, criando no leitor a sensação de vigilância constante e perigo iminente. O horror, nesse caso, não se restringe à natureza, mas se articula à exploração humana, ao sofrimento social e à imposição de trabalho extenuante, constituindo uma experiência estética e ética do medo. Ferreira de Castro evidencia isso quando descreve a floresta como um espaço vivo, capaz de pressionar, ameaçar e controlar a vida dos homens: vejamos nesse trecho da obra.

A selva dominava tudo. Não era o segundo reino, era o primeiro em força e categoria, tudo abandonando a um plano secundário. E o homem, simples transeunte no flanco do enigma, via-se obrigado a entregar o seu destino àquele despotismo. O animal esfrangalhava-se no império vegetal e, para ter alguma voz na solidão reinante, forçoso se lhe tornava vestir pele de fera. A árvore solitária, que borda melancolicamente campos e regatos na Europa, perdia ali a sua graça e romântica sugestão e, surgindo em brenha inquietante, impunha-se como um inimigo. Dir-se-ia que a selva tinha, como os monstros fabulosos, mil olhos ameaçadores, que espiavam de todos os lados. Nada a assemelhava às últimas florestas do velho mundo, onde o espírito busca enlevo e o corpo frescura; assustava com o seu segredo, com o seu mistério flutuante e as suas eternas sombras, que davam às pernas nervoso anseio de fuga. (Castro, 1930, p. 65).

A obra também revela o paradoxo da beleza e da opressão. A floresta é exuberante, mas a riqueza natural se contrapõe à brutalidade social: os seringueiros vivem sob rotina exaustiva, enquanto a mata é simultaneamente produtiva e ameaçadora. Candido (2000) observa que a natureza aparece na literatura como espetáculo grandioso e indiferente; em *A Selva*, essa indiferença manifesta-se na opressão física e simbólica que a floresta impõe aos homens, intensificando a crítica à exploração econômica e à precarização da vida humana.

Ao articular Lefebvre, Agamben e Didi-Huberman, a análise de *A Selva* permite compreender a floresta amazônica como espaço de complexidade histórica e simbólica, atravessado por relações de poder, exploração e resistência. Ferreira de Castro transforma a Amazônia em um território onde a beleza natural, o horror e a violência social se articulam, oferecendo uma narrativa que denuncia a opressão e a exploração estrutural e propicia reflexão crítica sobre a relação entre humanidade e natureza, colonização e identidade regional.

Portanto, a floresta amazônica em *A Selva* cumpre múltiplas funções: é cenário, personagem simbólica, instrumento de opressão natural e social, e testemunha literária das tensões históricas e políticas da região. A análise teórico-crítica avançada evidencia a dimensão ética e estética do texto, consolidando a selva como símbolo literário de horror, resistência e complexidade social e ambiental. Em última instância, *A Selva* é um testemunho ficcional de

uma realidade que excede a literatura: a luta do homem contra a natureza é também a luta contra os mecanismos de dominação social que transformam o espaço amazônico em um território de sofrimento e resistência. A floresta, portanto, é a materialização simbólica daquilo que Lefebvre chamou de “produção do espaço” um espaço que, longe de ser neutro, reflete e reproduz as estruturas históricas da exploração, mas também abriga a potência da resistência e da imaginação.

## **2 O SISTEMA DE AVIAMENTO NA OBRA *A SELVA* COMO MECANISMO DE ESCRAVIZAÇÃO MODERNA DOS SERINGUEIROS**

Em *A Selva* (1930), Ferreira de Castro não apenas descreve a Amazônia enquanto território físico e simbólico, mas também evidencia as estruturas sociais e econômicas que atravessam o espaço da floresta, em especial o sistema de aviação, responsável por aprisionar os seringueiros em um ciclo de exploração e endividamento. O protagonista português, Alberto, chega à região seduzido por uma promessa de prosperidade financeira, acreditando que a migração representaria uma melhoria de vida. Ao adentrar os seringais, ele constata que a liberdade dos trabalhadores é ilusória, pois estão submetidos a um sistema econômico que se apresenta como moderno e racional, mas na prática reproduz formas de escravidão por dívida: vejamos nesse trecho a descrição do sistema de aviação.

No escritório do dono do barracão [...] registrando os abastecimentos que os seringueiros lhe pediam e diminuindo sempre os daqueles que tinham dívida grande na casa [...], quando o seringueiro tinha saldo, vendia-lhe tudo quanto ele desejasse; fosse loucura rematada ou objecto inútil, tudo dava mais lucro do que passar-lhe, no futuro, um saque para ser trocado por bom dinheiro na « casa aviadora», em Manaus. Mas se o trabalhador, por curta estada ali, por doença ou preguiça não conseguia resolver a dívida inicial, que rebentasse de fome, pescasse que caçasse, pois não lhe forneceria nada para além do valor da sua produção. « De sem-vergonhas que tinham morrido antes de liquidar o débito ou que fugiram como cães, sem que ninguém os apanhasse, havia largo cadastro no seringal, a demonstrar quanto eram perigosas as transigências impostas por dó do coração. (Castro, 1930, p. 55,56).

O sistema de aviação, nesse sentido, consolida-se como mecanismo de opressão pós-abolição, transformando trabalhadores formalmente “livres” em sujeitos de vida restrita e endividada, submetidos a jornadas extenuantes e privadas de mobilidade econômica. Ferreira de Castro apresenta a dinâmica de exploração de forma inequívoca: o seringueiro trabalha incessantemente, mas a dívida nunca é liquidada, mantendo o trabalhador preso à floresta e à vontade do patrão. A Amazônia, assim, é estruturada como espaço de dominação econômica e

social, em que o controle sobre o trabalho se legitima por um sistema de crédito e punição simbólica.

Essa lógica pode ser aprofundada à luz de Henri Lefebvre (1991). Para Lefebvre, o espaço não é apenas físico, mas socialmente produzido; os seringais e barracões não funcionam como cenários neutros, mas como espaços de poder, nos quais o controle da vida cotidiana e das relações de trabalho impõe uma forma de sujeição estrutural. As dívidas e os registros contábeis, aparentemente burocráticos, configuram instrumentos de dominação que atravessam o espaço físico da floresta, transformando-o em dispositivo de subordinação econômica e social. O espaço amazônico, portanto, não é neutro: ele organiza e disciplina a vida dos trabalhadores, reproduzindo relações de exploração semelhantes às da escravidão formal.

A interpretação do sistema de aviamento ganha maior densidade quando lida à luz de Giorgio Agamben (1998). O trabalhador seringueiro, formalmente livre após a abolição da escravidão (1888), vive uma condição de estado de exceção, na qual os direitos civis e sociais são suspensos de fato, mesmo que formalmente garantidos. Nesse contexto, a vida do seringueiro se aproxima do conceito de vida nua: reduzida à força de trabalho, sujeita a punições econômicas e sociais, e privada de autonomia real. Ferreira de Castro evidencia essa forma de opressão estrutural ao mostrar como o aviamento mantém os homens em uma dependência contínua, forçando-os a uma submissão cotidiana:

O homem, ao penetrar nas duas portas que o levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica às melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio [...] trabalha para escravizar-se. (Cunha, 1909, p. 11).

Além da exploração econômica, o sistema de aviamento produz efeitos psicológicos e simbólicos, que podem ser lidos sob a ótica de Georges Didi-Huberman (2005). A floresta, associada ao trabalho extenuante e ao controle do barracão, transforma-se em um espaço de horror vivido e imaginário, em que o medo, a vigilância constante e a impossibilidade de fuga consolidam o sofrimento dos personagens. O aviamento, dessa forma, não é apenas um mecanismo econômico, mas também um instrumento de dominação simbólica, que condiciona corpos e mentes, reforçando a opressão estrutural da Amazônia extrativista.

A obra evidencia ainda o paradoxo da modernidade econômica: o sistema de aviamento se apresenta como racional e progressista, mas esconde relações de dependência e violência que perpetuam desigualdades históricas. Candido (2000) observa que, na literatura, a natureza e os ambientes humanos podem atuar como forças indiferentes e opressoras; em *A Selva*, essa indiferença manifesta-se tanto na força da floresta quanto na lógica econômica que mantém os

seringueiros aprisionados, revelando uma dimensão de exploração sistêmica que se sobrepõe à liberdade formal. Ferreira de Castro, assim, denuncia um modelo de desenvolvimento amazônico baseado na subordinação e na precariedade, transformando o aviamento em símbolo de escravidão pós-abolição e de controle social. Vejamos nesse trecho:

Aquele era sempre o «talão grande», ao qual se juntavam posteriormente as despesas da viagem e mais empréstimos que prendiam por muitos anos ao seringal, em trabalho de pagamento, o sertanejo ingênuo. Alberto viu-se com o seu na mão setecentos e vinte mil réis parcelados por seis ou oito linhas e depois, sobre o balcão, meia dúzia de coisas que lhe pareceram não valer um pataco. Atribuiu a engano a soma alarmante, mas o rabo do olho, atirado à nota do vizinho, descobriu nela uma quantia igual, repetida em quantos papéis se estendiam para Binda. (Castro, 1930, p. 56).

Desse modo, o sistema de aviamento em *A Selva* cumpre uma função central na crítica social da obra: revela a Amazônia como espaço de exploração estruturada, combina dominação econômica e simbólica, e evidencia como a formalidade da liberdade pós-abolição se choca com a realidade da opressão cotidiana. Ao integrar Lefebvre, Agamben e Didi-Huberman à análise literária, é possível compreender que a floresta, além de ambiente natural e simbólico, funciona como território de sujeição e resistência, estruturando a vida e o imaginário dos trabalhadores seringueiros, e denunciando a persistência de relações de exploração e violência histórica na Amazônia.

### **3 O PAPEL DO SERINGUEIRO NA OBRA *A SELVA*, DE FERREIRA DE CASTRO: REPRESENTAÇÃO DE PERSONAGENS ESCRAVIZADOS PELO CICLO DA BORRACHA**

O ciclo da borracha, que atingiu seu auge entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, constituiu um dos períodos mais contraditórios da história econômica e social da Amazônia. De um lado, promoveu o rápido enriquecimento de elites regionais e de comerciantes estrangeiros; de outro, consolidou um regime de exploração brutal da mão de obra, sobretudo de migrantes nordestinos e de imigrantes europeus pobres, que encontraram na floresta um espaço de trabalho degradante e de falsas promessas de prosperidade. O seringueiro, nesse contexto, figura como o símbolo trágico de um projeto econômico excludente que converte o homem em instrumento de lucro uma engrenagem humana de um sistema que Alfredo Bosi (1992) denomina de “colonialismo interno”, no qual as regiões periféricas e seus trabalhadores são explorados sob a máscara do progresso nacional.

Na obra *A Selva* (1930), de Ferreira de Castro, o protagonista Alberto, jovem português que emigra para a Amazônia em busca de uma vida melhor, encarna o arquétipo do trabalhador

enganado por um imaginário de abundância e riqueza. O que ele encontra, contudo, é a selva literal e simbólica: o espaço natural hostil e, sobretudo, o ambiente social opressor. A floresta, longe de ser apenas um cenário exuberante, funciona como metáfora da própria estrutura social densa, impenetrável e sufocante. Nesse sentido, a experiência de Alberto reproduz o destino dos milhares de seringueiros anônimos que, vindos do Nordeste em fuga das secas e da miséria, foram subjugados por um sistema econômico perverso.

Ferreira de Castro, com olhar realista e humanista, descreve o seringueiro como o ser marginalizado entre dois mundos o da natureza indiferente e o da civilização que o explora. Ao narrar a rotina dos trabalhadores, o autor destaca o caráter cíclico da opressão, em que o homem é reduzido à condição de força produtiva sem identidade, condenado a repetir gestos exaustivos sob o calor úmido da floresta. Em um dos trechos mais expressivos da obra, o narrador observa:

Quando vamos, no domingo, ao barracão comprar que comer e que beber, seu Juca não vende nada e ainda nos chama malandros. E um homem que arranja fama de malandro pode trabalhar toda a vida que nunca mais a tira de cima das costas. O pior é quando nós estamos tremendo com febre e chega seu Balbino ou seu Caetano. Nunca acreditam aqueles homens que nós estamos doentes mesmo e dizem que é preguiça. Não sei como eles não vieram cá desde que você chegou. Aquilo é que seu Juca tem andado pau de chuva nestes quinze dias. (Castro, 1930, p. 75).

Esse fragmento evidencia a lógica cruel do sistema de aviamento, que transforma o seringueiro em escravo por dívida. O barracão espaço de registro das dívidas e da distribuição controlada de mercadorias funciona como metáfora do cárcere econômico. Os seringueiros vivem presos as dívidas no barracão, vivendo no ciclo de exploração e abusos. O trabalhador, “livre” em teoria, torna-se prisioneiro de um ciclo de endividamento que o impede de sair da floresta, aproximando-se, portanto, de uma escravidão disfarçada. Em diálogo com essa estrutura, Antônio Candido (2000) observa que o romance social brasileiro, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, “descobre o homem comum como sujeito histórico, mas o encontra já deformado pela miséria e pela violência de sua condição” (2000, p.187). *A Selva* antecipa essa percepção ao retratar a desumanização do trabalhador amazônico antes mesmo da consolidação da estética regionalista modernista.

Ao representar o seringueiro, Ferreira de Castro também constrói uma crítica às ilusões da modernidade capitalista. O ciclo da borracha é apresentado como um “progresso invertido”: quanto mais se extrai da floresta, mais profunda se torna a degradação do homem e do meio. Nesse sentido, a personagem de Alberto encarna o drama do sujeito moderno em um mundo onde o trabalho, ao invés de emancipar, aprisiona. Essa dimensão filosófica aproxima o

romance do pensamento de Georg Lukács (1965), para quem o realismo autêntico revela “a totalidade concreta da vida social”, mostrando como as contradições estruturais da sociedade moldam as trajetórias individuais. Em *A Selva*, a trajetória de Alberto é a miniatura trágica de uma totalidade histórica maior a exploração colonial e neocolonial da Amazônia.

A denúncia de Ferreira de Castro ecoa também em leituras críticas posteriores sobre o imaginário amazônico. Neide Gondim (1994), em *A invenção da Amazônia*, argumenta que a região foi historicamente “inventada” sob o olhar europeu, ora como paraíso, ora como inferno. *A Selva* desmonta esse mito ao mostrar que o verdadeiro inferno não está na natureza, mas na estrutura social que transforma homens em mercadorias. O sofrimento dos seringueiros é descrito com imagens quase dantescas, como no trecho em que o narrador evoca o ambiente da floresta:

O resto era a selva, com a sua vida sombria, ali pertinho, muito pertinho, fechando-o num anel estrangulador. Sentia-se-lhe a existência pesada, enigmática, numa vigília que dir-se-ia constante ameaça, um pânico jacente. Fatigados da muralha, os olhos tinham de procurar no céu um pouco de lonjura e de enlevo. (Castro, 1930, p. 74).

Essa atmosfera sufocante reforça a fusão entre o espaço físico e o espaço social a selva como prisão, como corpo vivo que aprisiona. Roberto Schwarz (1987) aponta que a literatura brasileira tem como traço recorrente a representação de uma sociedade fundada em relações de dependência e favor; *A Selva* inscreve-se nessa tradição ao expor o modo como as relações econômicas e pessoais se confundem, resultando em um sistema de servidão moderna.

Dessa forma, o papel do seringueiro em *A Selva* ultrapassa a dimensão individual: ele é o espelho do trabalhador latino-americano submetido às engrenagens do capital, da exploração colonial e da natureza indiferente. O realismo de Ferreira de Castro não se limita à descrição documental; ele alcança uma dimensão ética e simbólica, denunciando o que Antônio Candido chamaria de “estrutura de desumanização” que sustenta as desigualdades sociais. A selva, mais do que cenário, torna-se personagem um organismo que observa, sufoca e engole, refletindo a opressão de um sistema que consome tanto o homem quanto a própria terra.

## CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar de que maneira a obra *A Selva* (1930), de José Maria Ferreira de Castro, constrói uma narrativa de denúncia social e humanista sobre a realidade dos seringais amazônicos nas primeiras décadas do século XX. Ao articular o espaço da floresta, o sistema de aviamento e a figura do seringueiro, o romance revela a face sombria do ciclo da borracha e expõe as contradições entre o ideal de progresso e a prática da exploração humana, como uma importante manifestação literária que problematiza a criação do imaginário da Amazônia como terra de abundância e prosperidade.

A floresta, em *A Selva*, transcende a função de mero cenário: torna-se uma entidade simbólica que reflete a opressão e o isolamento do homem diante de uma natureza hostil e de uma ordem social injusta. Como observou Antônio Candido (2000), na literatura brasileira e

lusófona de cunho realista, a natureza frequentemente aparece “como espetáculo grandioso, mas indiferente”, espelhando a impotência do sujeito frente às forças que o dominam. Ferreira de Castro retoma essa tradição, mas a desloca para o contexto amazônico, transformando o ambiente natural em metáfora da alienação do trabalhador livre que é aprisionado em um sistema de exploração tanto física quanto espiritualmente.

O sistema de aviamento, retratado no romance com detalhamento quase documental, emerge como uma forma moderna de escravidão. O barracão, o registro das dívidas, o comércio desigual e o isolamento do seringueiro compõem um cenário de servidão disfarçada, em que a liberdade é apenas uma ilusão. O autor constrói, assim, uma crítica contundente ao capitalismo dependente e predatório que se instaurou na região, antecipando reflexões que seriam aprofundadas décadas depois por teóricos como Alfredo Bosi (1992), ao discutir as permanências do “colonialismo interno” na economia e na cultura brasileiras.

O seringueiro, por sua vez, é representado como o emblema do trabalhador expropriado um homem submetido a condições desumanas, silenciado pela engrenagem econômica e pela distância geográfica. Sua figura encarna o drama coletivo dos migrantes nordestinos e estrangeiros que, iludidos pelo mito da riqueza da borracha, acabaram presos à selva e ao endividamento. Nesse sentido, o romance de Ferreira de Castro pode ser lido à luz da teoria do realismo social, na medida em que, conforme Georg Lukács (1965), revela “a totalidade concreta da vida social” ao conectar o destino individual à estrutura histórica da exploração.

Ao denunciar a violência econômica e simbólica imposta ao trabalhador amazônico, *A Selva* também desmonta o olhar exotizante do europeu sobre a região. Como demonstra Neide Gondim (1994), a Amazônia foi historicamente “inventada” como espaço mítico, ora de exuberância paradisíaca, ora de barbárie. Ferreira de Castro inverte essa lógica: o estrangeiro, Alberto, ao adentrar a floresta, não descobre um paraíso natural, mas um sistema social infernal um espelho da civilização europeia e de suas contradições morais.

Assim, o romance ultrapassa o registro documental e adquire uma dimensão ética e estética profunda. A selva torna-se metáfora do mundo moderno, onde o progresso convive com a miséria e o homem é reduzido à condição de engrenagem descartável. Essa leitura aproxima a obra de uma visão existencial e crítica da literatura, em que a escrita funciona, como diria Sartre (1948), como “um ato de responsabilidade diante da liberdade negada do outro”.

Em síntese, *A Selva* permanece uma narrativa de impressionante atualidade. Sua força não reside apenas na denúncia da exploração material, mas na capacidade de revelar o sofrimento humano em meio às estruturas invisíveis do poder econômico e simbólico. A floresta, o aviamento e o seringueiro compõem um tríptico da opressão que, ao mesmo tempo, denuncia e humaniza. Nesse gesto, Ferreira de Castro inscreve-se entre os escritores que compreenderam a literatura como forma de resistência uma linguagem capaz de dar voz aos que a história tentou silenciar.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2000.

CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1930.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTIGAN, Lúcia Helena. *Crônicas da Amazônia: discursos de autoridade e resistência na literatura e história*. Belém: Paka-Tatu, 2021.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 1994.

LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre o realismo*. Lisboa: Estampa, 1965.

KRISTEVA, Julia. *Poderes do horror: ensaio sobre a abjeção*. Tradução de Márcia Angelini. Campinas: Papyrus, 1989.

NUNES, Benedito. *A clivagem do sujeito: ensaios*. São Paulo: Ática, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. *Qu'est-ce que la littérature?* Paris: Gallimard, 1948.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1987.